



**FERNANDO BASTOS**

o desenvolvimento e a natureza  
simbólica do progresso

Professor e  
pesquisador do  
Núcleo Avançado de  
Políticas Públicas –  
NAPP, do Programa  
de Desenvolvimento  
e Meio Ambiente e  
do Programa de  
Pós-Graduação em  
Ciências Sociais,  
da UFRN

## RESUMO

O desenvolvimento como expressão das mudanças sociais vem sendo objeto de atenção entre diversos estudiosos, particularmente quando a expansão do capitalismo tornou visões de mundo e modos de viver e conviver como categorias universais. A apropriação dessas idéias de progresso pelo capitalismo, após a revolução industrial, trouxe de sua gênese um sentido de senso comum, evidente por si mesmo, de conotação aparentemente clara, quase como um dogma que sustenta uma evolução, por isso tido como inquestionável. Esse “progresso” submetido às limitações do crescimento econômico deixa de representar um processo de mudança orientado por valores, tais quais: liberdade, dignidade, conhecimento e a justiça, para dar sentido apenas a acumulação de riqueza, independente de quem dela se apropria. As diferentes qualificações para o desenvolvimento, na procura de dar um sentido de progresso orientado por valores humanos, vem sendo objeto de preocupação nas últimas décadas, quando se torna evidente o caráter fantasioso dessa concepção reducionista de mudança.

## PALAVRAS-CHAVE

Idéias de Progresso. Mudanças Sociais. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

The development as an expression of social changes has been the object of attention among several scholars, particularly when the expansion of capitalism transformed visions of world and ways of life and living as universal categories. The ownership of these ideas of progress by capitalism, after the industrial revolution, brought from its origin a meaning of common sense, self-evident, whose connotation seems to be clear, almost like a dogma that supports an evolution, for this reason considered as unquestionable. This “progress” submitted to the limitations of economic growth no longer represents a process of change driven by values, such as freedom, dignity, justice and knowledge, making sense only for the accumulation of wealth, regardless of whom appropriates from this accumulation. The different qualifications for the development, in seeking to give a sense of progress driven by human values, has been object of concern in recent decades, when it becomes clear the fanciful character from this reductionist conception of change.

## KEY WORDS

Ideas of Progress. Social Changes. Development.

## INTRODUÇÃO

A idéia de desenvolvimento, enquanto processo de mudança social, tem suas raízes modernas fundadas nas concepções de progresso oriundas da revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX. Essa mudança, que teve sua origem num segmento de acumulação sem precedentes, impôs ao mundo valores de uma “nova civilização” apropriados ao modelo de enriquecimento gestado em alguns países da Europa e, com maior sucesso, nos Estados Unidos da América.

O referencial de progresso que norteou essas transformações, apesar de só ter sido consagrado, de fato, a partir do seu viés econômico no século XVIII, tem seus registros em toda a história da humanidade. Em sua maior parte, essa idéia de progresso sempre esteve vinculada à teologia, na perspectiva da ascensão espiritual do homem. Mesmo quando se voltava, na prática, para o trabalho, a frugalidade e a abstinência, no caso dos reformistas do século XV, o objetivo estava direcionado ao imanente, posto que tinha como premissa obter o céu por meio do sacrifício.

Diferentemente do processo de mudança circular, comum nas sociedades tradicionais e caracterizado pela referência permanente às estações do ano, às festas tradicionais, etc., o progresso moderno é linear, seguindo uma trajetória única, como um processo direcional. Como tal, é constituído por processos “irreversíveis e na maioria das vezes são cumulativos. Cada estágio consecutivo é diferente de qualquer outro estágio anterior e cada estágio anterior fornece pré-requisitos para o estágio posterior” (SZTOMPKA, 1998, p. 40).

Para muitos evolucionistas, essas mudanças passam por seqüências de estágios necessários, de forma que as culturas nas quais acontecem mudanças, funcionam como efeito demonstração para aquelas que ainda não as conheceram. As etapas de *desenvolvimento* de Rostow (*The Process Economic Growth*, 1962) são um exemplo dessa forma de compreensão das mudanças sociais, definidas com desenvolvimento econômico. Segundo o autor, todos os países teriam de passar por cinco etapas de evolução, desde a etapa da economia tradicional, até a do desenvolvimento pleno, com elevado nível de consumo.

Por conseqüência, o argumento principal deste estudo é que o processo de mudança social caracterizado como crescimento ou desenvolvimento

econômico, embora tenha sustentado a meta de justificar o extremo sacrifício das sociedades dos países pobres, não atende aos interesses da maioria das suas populações. Pelo contrário, a aplicação de concepções teóricas concebidas nos países centrais, à guisa de transformar essas nações, caracterizadas como subdesenvolvidas, em protótipos de suas semelhanças no futuro, visa apenas atender a propósitos de acumulação daqueles países.

Outro argumento, posto de forma secundária, é o que pode ser viável gerar alternativas de modificar esse jogo, processando de forma autônoma as próprias realidades locais; e, na posse de suas faculdades empreendedoras, conduzir transformações apropriadas aos interesses dessas sociedades caracterizadas como subdesenvolvidas.

No contexto desse estudo, o subdesenvolvimento não é, como entendem os países ricos, uma etapa primária na trajetória da humanidade. Esse fenômeno, de fato, é decorrência de uma inserção inadequada da maioria das nações numa forma específica de progresso técnico, definido, no jogo de poder mundial, como civilizatório, e, portanto, obrigatório, inevitável e irrecorrível.

No corpo deste trabalho, a idéia de progresso é aplicada como *pano de fundo* para o entendimento das mudanças e, por conseqüência, do desenvolvimento, desde sua gênese. Essa concepção acompanha todo o trabalho mesmo nas etapas finais, ao tratar do desenvolvimento econômico e da forma que se cristalizou o crescimento, referencial dessas mudanças. De fato, o que está sendo discutida é uma forma particular de progresso, apropriada como tal pela economia.

Para apoiar as análises da idéia de progresso, a partir de suas primeiras concepções, serão apropriados os estudos realizados por Piotr Sztompka e Cristovam Buarque. Para confrontar a evolução das idéias e as conseqüências de implementação das duas visões economicistas, serão utilizados os estudos de João Paulo de Almeida Magalhães, Celso Furtado, Clóvis Cavalcanti, Martin Carnoy e estudos da Cepal<sup>1</sup>, dentre outros trabalhos.

Na análise de alternativas, recorre-se mais uma vez aos pensamentos de Furtado, aos estudos mais recentes de transformação social realizados por Sztompka e à concepção de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen.

<sup>1</sup> Comissão Econômica para a América Latina, constituída em 1948. Em 1974, a Cepal passa a denominar-se Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

## DESENVOLVIMENTO COMO REMANESCENTE DA IDÉIA DE PROGRESSO

O desenvolvimento, enquanto processo social, tem embutido em sua concepção as imagens mentais do progresso, com as quais a humanidade de uma forma ou de outra sempre esteve envolvida. Essas concepções estão inseridas claramente na maioria de religiões e seitas e nas grandes religiões mundiais, tais como: no judaísmo, pela perspectiva de crescimento de um determinado povo obediente a um único deus; no induísmo, pela proposta de recriação do homem e do universo; no cristianismo, a partir da ascensão espiritual do homem e do seu aperfeiçoamento, semelhança de um ser perfeito.

Para Sztompka, a idéia de progresso está ligada a um fundamento da natureza humana: a relação prescípua entre o que se aspira e o que se pretende realizar. Daí por que essa concepção vem perdurando ao longo da história da humanidade e se aprofundando na proporção da complexidade das relações. Assim, “para o senso comum a idéia de progresso parece evidente por si mesma. É uma daquelas noções que normalmente assumimos como verdadeira devido ao uso generalizado e à conotação aparentemente clara” (SZTOMPKA, 1998, p. 57).

Segundo Sztompka, a gênese dessas concepções teve seu marco inicial com os gregos, pela visão de evolução do mundo e, posteriormente, com a tradição religiosa judaica, por meio do senso do destino dos povos, orientado por um deus, e de sua trajetória para o paraíso. Essas vertentes se reuniram na tradição judaico-cristã, base da civilização ocidental, como estão representadas nos escritos de Santo Agostinho (354-430 d.C.), para quem “a idéia de progresso, de acordo com a interpretação amplamente aceita, representa a versão secularizada da crença cristã na divina providência” (LASH, apud SZTOMPKA, 1998, p. 58).

Durante a Idade Média e no período iluminista, essa idéia evoluiu para o acúmulo de conhecimento como símbolo de avanço da humanidade. Merece registro, nesse caso particular, o período das grandes descobertas geográficas em que o homem constata sociedades com referências de vida muito diferenciadas. Dessa maneira,

para preservar a idéia de unidade da espécie humana e de sua progressão necessária, a diversidade é interpretada de

forma peculiar. Declara-se que a variedade é devida a diferentes estágios de desenvolvimento, ou de progresso, atingida pelas diferentes sociedades. (SZTOMPKA, 1998, p. 59)

Mas a idéia de progresso em seu sentido usual foi conformada com a Revolução Industrial. Até então, os homens jamais haviam se desvincilhado efetivamente da teologia no desenvolvimento de seus princípios abstratos. Para Hirschman (1977), é apenas por volta do século XVII que um sentimento originado no Renascimento tornou-se uma firme convicção a de que “à filosofia moralista e aos preceitos religiosos não mais poderia ser confiada a repressão das paixões destrutivas dos homens” (HIRSCHMAN, apud CARNOY, 2000, p. 23). A lei divina era substituída paulatinamente pela condição natural do homem e pela formulação dos direitos individuais.

Durante os séculos XVIII e XIX, essa imagem do progresso se metamorfoseou no crescimento extraordinário das manufaturas e na urbanização, quase sempre no entorno das indústrias. Durante trezentos anos esse senso vem se fortalecendo, principalmente após a segunda metade do século XX, quando esse progresso trazido pelo capitalismo se multiplica pelo mundo, mesmo que se reproduzindo diferentemente. Isto porque, em alguns países, essa mudança se deu pela inserção do conjunto de suas forças econômicas e sociais, de forma autônoma, enquanto, na maioria dos estados-nação, essa adesão forçada vem gerando assimetrias crescentes na qualidade de vida das populações e nas relações com os países-sede desse modo de produzir.

Cristovam Buarque (1990) diz que essa idéia de progresso, baseada na industrialização, na urbanização e no descarte de bens, tem como acepção generalizada exigências de acumulação tecnológica, organização social adequada e velocidade, cabendo a esta última, a responsabilidade do progresso em ser percebido como uma experiência cotidiana.

De fato, a percepção dessa mudança teve fulcro no progresso econômico, colocando-se em primazia contra quaisquer idéias consolidadas tradicionalmente como referência da evolução humana: a felicidade, a igualdade, a justiça e a soberania. Tudo passou a ser decorrência da acumulação de riqueza, de forma que esse desejo imperioso derivava apenas da perspectiva de acesso ilimitado às coisas da vida. Para Buarque,

esse êxito tem uma lógica. Decorreu de como a idéia conseguia unir os desejos ocidentais – a visão do céu cristão, portanto greco-romano, com a premissa da utopia materialista – de realização dos desígnios da providência com a glorificação do poder do próprio homem. (Buarque, 1990, p. 49)

Outros estudiosos do assunto, como Celso Furtado (1974), também já pensavam assim ao tratarem dos mitos em ciências sociais, questionando a universalização desse progresso originado nos poucos países que lideraram a revolução industrial. Para o economista, o desenvolvimento “constitui, seguramente, uma prolongação do mito de progresso, elemento essencial da ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (FURTADO, 1974, p. 16).

Essa idéia de mudança, tomada dos pensadores gregos como um referencial de enriquecimento pessoal pelas qualidades humanas e pelo aperfeiçoamento cultural, foi definitivamente adotada, a partir do século XVIII, e assumida com exclusividade pela economia. O marco inicial dessa apropriação se deu pelos fisiocratas, no século XVIII, mais bem representado na figura do *double* de médico e economista, François Quesnais. Este, embora valorizando apenas a agricultura, firmou, na produção e geração de excedentes, o princípio da riqueza. Essa posição entrava em confronto com os interesses mercantilistas, para os quais o comércio e a acumulação de materiais preciosos eram a base da riqueza.

Para Buarque, apenas Thomas Malthus, ainda no mesmo século, questionou, efetivamente, esse senso em formação de mudança, e por isso ficou isolado. Outros, como David Ricardo (século XIX), embora questionando a validade *ad infinitum* do progresso, buscaram encontrar alternativas para torná-la permanente. Até Karl Marx, segundo Buarque, mesmo criticando as contradições do capitalismo e renunciando, com o seu fim, o limite desse tipo de progresso, reforça a imagem mental da construção de uma sociedade perfeita, conseqüência da revolução socialista (BUARQUE, 1990).

Sztompka aponta, como portador das primeiras dúvidas quanto a esse referencial de progresso, o alemão Ferdinand Tönnies (1885-1936), ao afirmar:

Tönnies enfatizou as virtudes da *gemeinschaft* (comunidade) tradicional em processo de substituição pela *gessellschaft* (so-

cidade) moderna, industrial e urbana. Antecipou, assim, a ampla desilusão com o progresso, bem como um (sic) dos seus sintomas, a busca da 'comunidade perdida', que iria disseminar-se um século mais tarde. (SZTOMPKA, 1996, p. 61-62)

A partir da secularização dessa concepção de progresso, a ciência e a tecnologia parecem constituir seu sustentáculo na direção de uma expressão e de um aperfeiçoamento ilimitados. Todos passaram a viver com esse objetivo, na expectativa de apropriar-se do sucesso que essa idéia teve em alguns países, de determinadas culturas e em condições históricas específicas.

Esse progresso, agora cooptado definitivamente pelo desenvolvimento econômico, assume o caráter de modelo apriorístico para o resto do mundo. O modo de produção capitalista no qual se apóia tem, nas grandes empresas multinacionalizadas, o veículo ideal para sua propagação.

Com essa expansão, ocorrida mais intensivamente a partir da segunda metade do século XX, alguns aspectos importantes passaram a determinar as ações de mudança universal, tais como: a clara divisão entre culturas superiores e inferiores e a divisão geopolítica norte/sul. Países do cone sul passaram a carregar o estigma do contexto histórico, ao serem postos à margem do *clube de bem-sucedidos*. Dessa forma, 'não perder o norte' passou a ser uma obsessão para aquelas sociedades. Como as nações desenvolvidas se orientavam pelo consumo de massa, a liberdade e o bem-estar eram uma decorrência da capacidade de consumir.

Durante vinte anos, mais aproximadamente no período de 1950/70, o capitalismo teve crescimento fantástico, sendo a acumulação uma decorrência da produção industrial e do crescimento do comércio internacional. Essa *era do ouro* ou dos *vinte anos gloriosos*, conforme alguns passaram a denominar, foi caracterizada por *milagres econômicos* e pelo crescimento sustentado de alguns países asiáticos liderados pelo Japão.

No entanto, esse símbolo único e inquestionável do desenvolvimento, originado em alguns países e imposto de forma consentida por meio de modos exóticos de viver, apesar de adequado à reprodução da riqueza nestes, vem acentuando de forma desigual e combinada as diferenças de qualidade de vida na grande porção pobre da humanidade.

O subdesenvolvimento e outros qualificativos mais ou menos generosos da comunidade internacional são uma conseqüência da incapacidade



dade desses *países periféricos* em acompanhar hábitos de consumo e de vida engendrados nos *países centrais*. O subdesenvolvimento seria um processo interativo de forças econômicas e sociais que se estabelecem em contínua desvantagem nas relações de troca, e são condicionadas por critérios impostos pelo *mundo civilizado*, produzindo e reproduzindo dependências crônicas, perpetuadas pela incapacidade de autodeterminação.

Particularmente, em dois momentos diferentes, Celso Furtado caracteriza o subdesenvolvimento. Num primeiro, denominado de teoria do desenvolvimento, afirma que “a conformação social dos países que qualificamos de subdesenvolvidos resultaria da forma particular que neles assumiu a difusão do progresso tecnológico que moldou a civilização contemporânea” (FURTADO, 1999, p. 58).

Num segundo momento, considerando a permanência desse fenômeno, Furtado afirma que esta se deve a fatores de natureza cultural, acrescentando:

A adoção pelas classes dominantes de padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no consumo internacional. (FURTADO, 1999, p. 60)

## O APROFUNDAMENTO DAS DIFERENÇAS

As diferenças de vida entre nações motivaram em meados do século XX a prescrição de diversos programas de desenvolvimento, no sentido de adequar as condições institucionais dos países pobres às especificidades do modelo de reprodução de riqueza dos países centrais.

Embora a distinção entre desenvolvimento e crescimento seja bem conhecida, os subdesenvolvidos tendem a confundir os dois conceitos, dentre outras razões, pela visão do *mainstream* de que o tratamento de equalização dos benefícios só terá oportunidade após o crescimento do *bolo*. A incompatibilidade entre distribuição e crescimento tem sido até os dias atuais a mensagem mais importante das mudanças econômicas, o que não tem impedido o sacrifício de gerações inteiras à procura desse paraíso.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, os países aliados, liderados pelos Estados Unidos, promoveram um grande programa de recuperação da infra-estrutura e da economia na Europa e posteriormente no Japão, denominado de Plano Marshall. Esse programa foi executado no período de 1948/51 e dele participaram dezesseis países europeus.

Nessa ocasião, acentuava-se a consciência de desigualdade nos demais países do mundo, gerando inúmeros protestos para que idêntico aporte de capital fosse também direcionado para esses países. No caso da América Latina, a ONU criou uma instituição orientada para desenvolver estudos sobre as condições socioeconômicas dessa parte do hemisfério sul – a Cepal.

Esse organismo, sediado no Chile, desenvolveu diversos estudos sobre a realidade da América Latina. Particularmente, seu secretário executivo, Raúl Prebisch, destacou-se nos trabalhos sobre a dependência econômica dos países da região a partir de formas de dominação produzidas pelas suas relações de troca.

A análise histórico-estruturalista da Cepal, decorridos cinquenta anos de sua existência, vem sofrendo diversas mudanças, que Bielschowsky denominou de “idéias força” ou “mensagem”. Assim, esse pensamento teve no contexto de suas diferenças a preocupação sempre de acompanhar o movimento internacional. Desse modo, o autor distribuiu essas mensagens em cinco etapas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 18):

- ORIGENS E ANOS 1950 (sic): industrialização;
- ANOS 1960 (sic): ‘reformas para desobstruir a industrialização’;
- ANOS 1970 (sic): reorientação dos ‘estilos’ de desenvolvimento na direção homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora;
- ANOS 1980 (sic): superação do problema de endividamento externo, via ‘ajuste com crescimento’;
- ANOS 1990 (sic): transformação produtiva com equidade.

Apesar de destacadas essas fases, o que efetivamente ficou cristalizado como pensamento da Cepal, enquanto produção teórica mais importante, ocorreu nos primeiros vinte anos (duas primeiras fases), quando justamente se desenvolveram: a consciência da vulnerabilidade externa cen-

tro/periferia; a deterioração das relações de troca e o desequilíbrio estrutural das relações externas de comércio e a integração regional; e as teorias da dependência. A terceira fase pode ser considerada como de constatação da vulnerabilidade crônica dos países latino-americanos, decorrente principalmente de seu endividamento, e dos limites para gerar riquezas para sua autodeterminação. Na quarta fase, o que ficou registrado como mais importante foi justamente a procura de alternativas para redirecionar os objetivos da região, capazes de assegurar maior distribuição de renda.

Para Buarque, esses teóricos, mesmo enfocando problemas básicos da realidade latino-americana, quais sejam: a distribuição interna de resultados econômicos e a dependência internacional condicionada pela divisão internacional do trabalho. De fato,

mantiveram o objetivo central do desenvolvimento industrial nos mesmos moldes daquele utilizado pelos países desenvolvidos. Eram contra a dependência econômica do País, mas comportavam-se de forma dependente na definição de objetivos da economia independente que propunham. (BUARQUE, 1990, p. 56-57)

Talvez por concentrar sua crítica na dependência cultural dos pensadores latino-americanos, Buarque tenha perdido de foco uma particularidade, a de que o comportamento desses estudiosos partiu prioritariamente de uma constatação: a pobreza dos países dessa região era decorrência de não possuírem as condições institucionais dos países ricos. Daí por que Buarque aponta para a industrialização nos moldes apropriados às realidades locais.

De fato, o que deve merecer melhor atenção por parte dos estudiosos não é o condicionamento dos pobres às especificidades da noção de felicidade dos ricos, mas a essência do que é a acumulação de riqueza e a sua indispensabilidade para as sociedades locais, nos padrões colocados em prática.

Posteriormente, esse economista ratifica seus pontos de vista, afirmando:

O processo econômico e social do mundo e de cada país mostrou que há uma diferença entre o crescimento e a redução de pobreza [...] com o surgimento do conceito de exclusão, a pobreza deixou de ser um conceito econômico medido pela

renda das famílias, e passou a ser ético: no lugar de estratégias de desenvolvimento, a opção entre incluir ou não incluir as massas excluídas. (BUARQUE, 1999, p. 32-36)

Celso Furtado faz certa reparação a respeito dessa opção dos pensadores latino-americanos pela industrialização, ao afirmar, com respeito ao Brasil, que:

Naquela época, dávamos como certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condições necessárias para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração de renda, as desigualdades regionais. Mas demoramos a perceber que estavam longe de ser condição suficiente (...) Defendo a idéia de que era necessário aprofundar a percepção do subdesenvolvimento como um processo histórico específico, requerendo um esforço autônomo de teorização. (FURTADO, 2000, p. 20)

É possível deduzir que grande parte desses problemas são comuns porque esses países estão submetidos aos mesmos critérios de acumulação, reprodutor de pobreza, de concentração de riqueza, de falta de prioridade no uso dos recursos locais, e, sujeitos à comparação entre os modos de vida local e padrão dos países ricos.

As necessidades que se evidenciam como tipo de educação e de infra-estrutura apenas reforçam a trajetória de adequação do esforço da sociedade aos objetivos externos e interesses de uma elite interna, com conseqüente exclusão da maioria. Um exemplo clássico de um esforço produtivo e de infra-estrutura seria a prioridade no Brasil, México e Argentina da indústria automobilística, principalmente para transportes individuais. Atualmente, os estados se impõem até ao sacrifício de doar recursos públicos locais para implantação dessas indústrias.

Se já não bastasse o desperdício de recursos face aos interesses reais das populações locais, a imitação, sempre crescente, de hábitos de consumo dos países ricos está comprometendo, às vezes, de maneira irreversível, o estoque de recursos naturais.

Ainda nesse mesmo sentido, Celso Furtado acredita que as economias periféricas jamais desfrutariam do mesmo padrão de desenvolvimento dos países centrais:

A hipótese de generalização [...] das forças de consumo que prevalecem nos países cêntricos [...] não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema [...] O custo, em termos de depredação do mundo físico desse estilo de vida é de tal forma elevado que qualquer tentativa de generalização levaria inexoravelmente ao colapso [...] pon-do em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais países ricos – é simplesmente irrealizável. (1974, p. 75)

Segundo Clóvis Cavalcanti: “a economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese, ou ação microbiana do solo” (1995, p. 18).

Nos anos vinte, segundo Ignacy Sachs (1991), o próprio Mahatman Gandhi fez diversos questionamentos a respeito da impossibilidade da Índia em implementar um modelo de desenvolvimento idêntico ao da Inglaterra, dada a limitação do meio físico frente ao enorme contingente populacional daquele país.

## A DESMISTIFICAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Para quem trata da questão de desigualdades entre países do mundo e, particularmente na América Latina, os estudos da Cepal se constituem efetivamente no único esforço articulado para desenvolver uma teoria mais próxima do subdesenvolvimento. Magalhães (1960) confirma isso quando apresenta os teóricos do dualismo como os que mais se aproximaram do objetivo de construir um novo paradigma para países pobres, não o conseguindo pela indefinição quanto aos mecanismos exploratórios de nível científico, indispensável para que

as formulações tivessem consistência teórica. O problema fundamental da pesquisa econômica, em relação às ciências naturais, diz respeito, então, ao contato com a realidade. E isso se deve a três fatores:

- *impossibilidade de experimentação*, o que no entendimento do autor invalida o uso da expressão 'ceteris paribus', ou seja, não seria possível isolar o experimento de sua ambiência;
- *instabilidade e complexidade do universo econômico*. Em economia, os fenômenos envolvem diversos aspectos: psicológicos, sociológicos, físicos, dentre outros, que obviamente não fazem parte do corpo disciplinar, escapando à observação dos estudiosos da área;
- *é extremamente alto o envolvimento do economista com os fatos observados*<sup>2</sup>. O que é admitido, segundo Magalhães, por respeitável corrente de economistas modernos. O autor cita um exemplo clássico da teoria dos custos comparativos, afirmando que:

É difícil acreditar que os economistas ingleses, que a formularam, não estavam defendendo, ainda que inconscientemente, os interesses do seu país. Parece também significativo que suas conclusões só foram postas em cheque pelo teórico alemão, Frederico List, cujo país, industrialmente atrasado, tinha interesse no protecionismo. (MAGALHÃES, 1996, p. 20-21)

Essa teoria justificava uma política liberal radical de interesse da Inglaterra, na época, na sua relação com o comércio internacional, na medida em que direcionava o esforço produtivo dos países não-industrializados às atividades primárias; como consequência, ampliava o fosso tecnológico e econômico que os separava daquele país, principal centro produtor de manufaturas, ao tempo em que perpetuava seu monopólio industrial.

Celso Furtado também questiona o isolamento do objeto em ciências sociais, especialmente em economia, ao tratar da relação deste com o observador, afirmando:

<sup>2</sup> Karl Popper (1978) afirma que em economia isso é mais forte que em outras ciências (POPPER apud MAGALHÃES, 1996).

o objeto de estudo da economia não é uma natureza que permanece idêntica a si mesma e é totalmente exterior ao indivíduo, como são os objetos estudados nas ciências naturais. [...] A idéia de que tudo mais permanece constante [...] leva a modificar em sua própria natureza o fenômeno econômico. (FURTADO, 1974, p. 111-112)

Fechando esse raciocínio, Magalhães, na experiência brasileira, demonstra que a adoção de referências teóricas de outras realidades trouxe uma série de problemas com a liberação do comércio externo *versus* debilidade do setor manufatureiro, antes da Segunda Guerra Mundial. Nos períodos seguintes, o Brasil, embora não conseguindo montar paradigmas adequados, o “bom senso informado”<sup>3</sup>, impediu erros maiores, como cita em diversos exemplos (MAGALHÃES, 1996). Em síntese, afirma:

Na experiência brasileira, a inexistência de paradigma ajustados à nossa realidade constituiu a causa do nosso subdesenvolvimento até 1950, e após 1980, vem submetendo a sério risco a retomada do processo de crescimento acelerado. (Ibidem, p. 29)

O mais importante para ser ressaltado nesses aspectos são os questionamentos apresentados, que, de certa forma, deslegitimam o uso indiscriminado de paradigmas gerados em realidades diferentes de onde estão sendo aplicados. O que se depreende como duvidoso também, por ser conseqüente, o princípio que impõe hábitos de vida e padrões de comportamento descontextualizados da cultura local.

Essa discussão não admite ser correta uma atitude xenófoba e de isolamento cultural. As razões desse despertar para as especificidades locais são maiores por decorrência das frustrações e do agravamento das condições de vida local (socioeconômicas e ambientais, principalmente, e as demais conseqüências), de que pela falsa expectativa de assegurar identidades locais imutáveis. Mesmo porque, é impossível ignorar as constantes

<sup>3</sup> Senso orientado pelo conhecimento dos postulados básicos da ciência econômica (MAGALHÃES, 1996, p. 27).

mutações que vêm sofrendo as sociedades, a processos contínuos e inevitáveis de interação a que são submetidas cotidianamente.

O fulcro do problema está em evitar que, nessas trocas de experiências de vida, descaracterizem-se completamente, identidades locais. A imposição de comportamentos exóticos, fruto do maior poder de barganha dos desenvolvidos, impedem definitivamente as sociedades periféricas de exercerem sua autodeterminação.

Portanto, o desencanto atual dos países atrasados, com o empreendimento dos esforços de desenvolvimento, encontra sua explicação nos resultados obtidos e no sentimento de impotência diante das fragilidades de sua economia para fazer frente as crises cíclicas que envolvem o capitalismo, do qual se tornam as maiores vítimas. Assim foi, por exemplo, com as crises do petróleo desde início dos anos setenta, com o ajustamento de política monetária dos EUA e o substancial aumento de juros no início dos anos 80, e ainda, recentemente, esse início de recessão no mundo e, particularmente nos EUA, do qual todos são dependentes comercialmente. Nesse caso, embora neste momento seus efeitos apenas estejam se iniciando, as conseqüências serão graves para todos<sup>4</sup>, conforme afirmam comentários econômicos nacionais e internacionais.

O mais grave é perceber o endividamento e a conseqüente crise fiscal dos estados desenvolvimentistas resultarem em maior perda do controle da sua capacidade de autonomia de gerir políticas públicas próprias. Isso os leva a adequarem suas economias fragilizadas aos programas de ajustamento definidos no contexto internacional, por meio de um instituto conhecido por Consenso de Washington.<sup>5</sup>

Esse brusco redirecionamento nas políticas de Estado, em diversos países que empreenderam esforços de desenvolvimento, tem como

<sup>4</sup> Os EUA que chegaram a crescer 8% a.a, tendo sua economia em expansão há dez anos, estão em processo de desaceleração, e, no trimestre passado (maio/julho/2001), cresceu apenas 0,8%. Isso já está arrastando países mais dependentes de exportação, como são os tigres asiáticos, e ameaçando o mundo inteiro de recessão. ("Ricos põem planeta à beira da recessão" – Folha de São Paulo, 26/08/2001).

<sup>5</sup> Criado pelo economista inglês John Williamson, coordenador dos trabalhos e da reunião em que participaram além do Tesouro Americano, o FMI e o Banco Mundial, Washington D.C., no início de 1990. As orientações definidas para aplicação pelos países endividados foram basicamente: reabertura do mercado e redução do tamanho do Estado. Daí, vieram implementação de ações, tais como: privatização, desregulamentação e fim de mecanismos institucionais que asseguravam monopólios estratégicos (petróleo, comunicação, cabotagem, etc.).



idéia-força a mentalização pelos países líderes de que os problemas dos países pobres estavam no modelo em prática de indução do crescimento econômico, fundado no protecionismo.

Para economistas do próprio *mainstream* que deram origem a essas políticas, os resultados obtidos pelo Consenso de Washington, onze anos depois, "foram desalentadores em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, distribuição de renda e condições sociais" (CEIP/IAD, 2001)<sup>6</sup>. Segundo esses especialistas, o crescimento econômico da América Latina nos anos 90, foi de apenas 3%, pouco superior a média da "década perdida" (anos 80), quando esse percentual foi de 2%. Os mesmos economistas alegam que a preocupação atual com a equidade social é uma decorrência da mudança de comportamento dos países centrais, principalmente, dos EUA, quanto aos objetivos sociais.

A preocupação pelo desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos não levou em consideração que as teorias concebidas os excluíaam de possibilidades de autodeterminação. Dessa forma, suas sociedades eram submetidas a dependências culturais que dificultam uma mudança de paradigma. Buarque assim caracterizou esse impasse institucional:

Cada sociedade pobre tornou-se subdesenvolvida no momento em que importou a idéia de desenvolvimento sem analisá-la, sem contestá-la, sem subordiná-la em sintonia com seus valores e recursos próprios. Para definir-se como subdesenvolvido, subdesenvolvidamente, importou o conceito de subdesenvolvimento. (BUARQUE, 1990, p. 57)

No cotidiano dos países pobres verificam-se constantes crises, tais como: financeira – responsável pelo déficit público crônico e pela dependência crescente do sistema financeiro nacional e internacional, para rolagem de suas dívidas e para captar investimentos diretos; econômica – responsável pelos longos períodos de paralisação de suas estruturas produtivas, princi-

<sup>6</sup> Trabalho realizado por uma comissão de especialistas das duas principais instituições de pesquisadores dos EUA, com a denominação de "Dissenso de Washington", naturalmente uma alusão ao conhecido Consenso de Washington (Folha de São Pulo, 26/08/2001).

palmente nas duas últimas décadas; sociocultural – pela perda de identidade local e empobrecimento de sua população; ecológica – como reflexo imediato da perda acelerada de balneabilidade de suas fontes d’água, depredação dos solos e outras conseqüências no meio físico, decorrente do uso de tecnologia inapropriada à exploração dos recursos naturais.

#### QUE FAZER?

Todas essas crises sobrepostas no contexto da luta diária dos países periféricos pela sobrevivência, fruto principalmente desse padrão civilizatório que lhes foi imputado, vêm se reproduzindo em freqüentes conflitos políticos. As conseqüências mais comuns, para a maioria, são as mudanças institucionais que reduzem as liberdades democráticas.

Esses tipos de arranjos institucionais têm privilegiado, historicamente, os interesses do capital e de grupos do poder local, em detrimento do atendimento das necessidades da maioria. Como se já não bastassem, esses regimes autoritários, ao cercearem as liberdades individuais e impedirem formas de manifestação, retraem o exercício de construção da cidadania que, para amadurecer, depende fundamentalmente dos mecanismos de participação. Essa prática de cidadania acumularia capital social, e, principalmente, ampliaria o nível de confiança entre as pessoas, permitindo a construção de redes de sociabilidade.

Sobre a importância da liberdade para o desenvolvimento, Sen afirma:

A expansão de liberdade é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas. Ao se instituírem disposições institucionais apropriadas, os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta, indo-se muito além da importância fundamental da liberdade global dos indivíduos. (SEN, 2000, p. 71)

A grande questão, portanto, considerando a possibilidade de ruptura desse modelo de progresso posto em prática, o qual tem sua crise anunciada e permanentemente protelada, será dar resposta a uma simples indagação: Dado como inevitável uma ruptura do modelo de desenvolvimento exaustivamente criticado, que alternativas se apresentam para recriar perspectivas de futuro às sociedades locais, principalmente à parte maior destas, já definitivamente excluídas?

Uma primeira tentativa seria discutir que referências são importantes para caracterizar o subdesenvolvimento. O crescimento do produto ou a industrialização têm sido priorizados primariamente, como fundamentos desse processo de mudança, enquanto se relegam a educação, a saúde, a participação política, como categorias secundárias.

Para Sen, o desenvolvimento é visto como um processo de ampliação da liberdade das pessoas. Apesar do crescimento do PIB ser importante para esse propósito,

as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). (2000, p.17)

A importância da liberdade para o processo de desenvolvimento, é demonstrada pelo autor, diante das seguintes razões:

A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem que ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento na liberdade das pessoas.

A razão de eficácia: a realização do desenvolvimento depende da livre condição de agente<sup>7</sup> das pessoas. (Ibidem, p. 17)

<sup>7</sup> Para Sen, a expressão “condição de agente” está sendo utilizada, como ele afirma, na sua “acepção mais antiga – e ‘mais grandiosa’ – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independente de avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 2000, p. 33).

Em sua “teoria da transformação social”, Sztompka (1998) trabalha também com o conceito de agência, que, segundo sua concepção (diferente de pensadores posteriores que situaram a agência no domínio natural), estas se encontram representadas pelos

agentes humanos (individuais e coletivos), como os produtores, os construtores do progresso. Agencia (agency) pode significar tanto a força propulsora dos processos sociais (representação geral dos agentes) como a capacidade propulsora (atributo dos agentes) ou a manifestação dessa capacidade (atividade do agente). (SZTOMPKA, 1998, p. 67- 68)

A humanização da agência caracteriza o progresso como resultado das ações das pessoas e não como consequência de forças propulsoras extra-humanas, a exemplo do que ocorre com a agência secularizada, na qual o progresso é compreendido como desdobramento natural e inexorável, restando apenas, como única alternativa, a adaptação e o ajustamento.

Esse tipo de ação social, concebida por Sztompka, pressupõe

[...] de que um novo modo de transformação social está surgindo lentamente, dotando a sociedade de maior autonomia e controle autoconsciente, crítico e realista sobre seu próprio destino [...] existência totalmente criativa e desperta de sociedade futura esperada, que viva em harmonia com a natureza, reconciliada com os limites do pensamento [...] a sua sociedade surge como movimento incessante, perpétuo. (SZTOMPKA, 1998, p. 390-391)

Com alguma semelhança diante das posições de Amartya Sen, Buarque (1999) reafirma suas idéias de mudança com o princípio de que a erradicação da pobreza é apenas o início na construção de um país – embora deva ser prioritário. Segundo o autor, esse pode ter sido o maior erro dos dependentistas: querer saltar etapas para o Primeiro Mundo, antes de resolver seus problemas básicos (Ibidem).

Preocupado com os desajustes causados pela exclusão social, reproduzidos mais intensivamente dentro dessa nova fase de progresso

prometido pelo capitalismo global, Furtado (2000) aponta a concentração de renda como uma continuidade desse processo. Para ele, isso não decorre apenas do progresso técnico que se intensifica na economia global, mas também da concorrência de mão-de-obra mal remunerada dos países de industrialização retardada. Assim,

os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômicos como ocorreu na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo. Equivoca-se quem imagina que já não existe espaço para utopia. Ao contrário do que profetizou Marx, a administração das coisas será mais e mais substituída pelo governo criativo dos homens. (FURTADO, 2000, p. 33)

De modo geral, concordando com Furtado, o que se vislumbra dos novos pensadores a respeito dos determinantes de mudanças mais recentes aponta para um novo paradigma nas expectativas de desenvolvimento, despontando: a valorização do homem como agente de transformação, enquanto indivíduo ou de forma coletiva, bem como a revalorização de novas categorias sociais, como liberdade, justiça e autodeterminação. Esse arranjo ensejará a criação de novas institucionalidades, condição indispensável para uma inserção criativa da sociedade contemporânea numa realidade cada vez mais complexa, reconhecendo, inclusive, que são os esforços humanos os promotores de mudanças.

Essas sociedades, por consequência, sendo capazes de processar sua herança e conceber novas visões futuras, poderão ampliar de forma permanente o fundo de acumulação mais representativo: seu capital social, composto de confiança mútua, estratégias e convenções. Como decorrência disso, poderão ser construídas redes de cooperação, conforme afirmou Putnam (1996), para que o desenvolvimento do capital social possa ser mais importante que o capital convencional, pelos ciclos virtuosos que enseja. Esses “ciclos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica” (Ibidem, p. 186).

A direção, portanto, não estaria na crença cornucopiana de que a ciência, no final, resolverá todos os problemas, como a realidade vem pro-

vando, diante das frustrações dos limites do progresso científico para ampliar sua rede de beneficiários. Nem parece razoável crer na tese malthusiana da falta de expectativa quanto ao futuro da humanidade.

Deve ser apreendido, pelo menos como uma lição, os resultados desse mimetismo norteador dos esforços de mudança nas sociedades pobres do mundo. Para isso, é oportuno assinalar o que pensadores como Celso Furtado registram na forma como vem sendo posto em prática o desenvolvimento:

cabe, portanto afirmar que *a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito*. Graças a ela tem sido possível desviar a atenção da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que se abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 76, grifo do autor)

Enfim, diante desses fatos, pode-se concluir que renunciar ao desenvolvimento das sociedades é um equívoco, tão grande quanto desejar produzir mudanças a partir de paradigmas exóticos os quais apenas acentuam diferenças. Queiram ou não, os isolacionistas, as sociedades estão em mudança permanente, como é de sua própria natureza.

O problema então parece estar em construir um paradigma a partir das realidades dessas sociedades, como o foram aqueles que mudaram os países desenvolvidos. Nesse aspecto, a tendência dos estudos alternativos mais recentes aponta, de imediato, para a necessidade da criação de marcos conceituais que viabilizem novas formas de interação; ampliem a participação de atores nos vários espaços de ação; produzam mecanismos mais ágeis de superação da falta de reciprocidade; e consolidem espaços para ser tecido o maior número possível de redes de cooperação.

Para isso, é consenso, entre estudiosos no assunto, a urgência de ampliar a democracia, instrumento imprescindível para a construção de uma arena adequada ao aperfeiçoamento da cidadania, e, com esta, obter liberdades para mudar e usufruir dos seus benefícios.

## REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2000.
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas*. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A Segunda Abolição: um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil*. São Paulo (SP): Paz e Terra, 1999.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo (SP): Papyrus, 2000.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo (SP): Cortez.; Recife (PE): Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo global*. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2000.
- MAGALHÃES, João Paulo. *Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira*. Rio de Janeiro (RJ): Editora da UFRJ, 1996.
- PUTNAM, Roberto. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SACHS, Ignacy. Estratégia de transição para o século XXI. In: *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. BURSZTYN, Marcel (org.) São Paulo (SP): Brasiliense, 1991.
- SEN. Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2000.
- SZTOMPKA, Piotr. *A Sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1998.